GRÊMIOS ESTUDANTIS E GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: UMA REALIDADE LONGÍNQUA?

Adriano Pereira de Miranda

Universidade Federal do Tocantins (UFT/PPPGE)

adrianotjl@uft.edu.br

Kátia Cristina Custódio Ferreira Brito

Universidade Federal do Tocantins (UFT/PPPGE)

katiacristina@uft.edu.br

Cáritas Gomes de Oliveira

Universidade Federal do Tocantins (UFT/PPPGE)

caritas.gomes@uft.edu.br

Introdução

A criação dos grêmios estudantis nas escolas de Educação Básica é resultado de décadas de lutas dos estudantes organizados. A participação dos discentes em momentos importantes de transformações sociais e políticas no Brasil se dá de maneira crescente e contínua, passando por períodos de impulsionamento e “entibiamento”. (Mendes Júnior, 1982)

Esta pesquisa analisa o cumprimento da meta 19, especificamente da estratégia 19.4 da Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE) - que trata da implantação e fomento perene dos grêmios estudantis nas escolas públicas brasileiras. O estudo procura responder “como ocorreu a organização dos grêmios estudantis a partir da aprovação do PNE no último decênio (2014-2024)?” O objetivo deste trabalho é identificar/analisar a possível mobilização e atuação dos grêmios estudantis a partir do

novo aparato legal do PNE e como se deu a efetivação desta meta nas escolas públicas brasileiras.

A metodologia utilizada envolveu a investigação bibliográfica em material de pesquisa consolidada sobre o tema e a análise documental das leis federais vigentes que regulamentam a organização estudantil nos diversos níveis e modalidades da Educação Básica.

O grêmios estudantis no fomento da gestão democrática

Os grêmios estudantis constituídos nas Unidades Escolares constituem-se em importante espaço de efetivação da gestão democrática visto que este órgão colegiado é a representação máxima do corpo discente, viabilizando a democratização dos processos educacionais.

Conforme Paro (2004), é impossível discutir gestão democrática sem que haja o favorecimento da participação da comunidade. Quando a gestão escolar abre espaço para os alunos atuarem de forma ativa nos processos de decisão há uma “partilha de poder”, o que favorece a democracia.

A criação e implementação dos grêmios estudantis nas Unidades de Educação Básica possuem aparato legal que fundamentam sua existência perene. A Lei 7.398/1985 (Lei do Grêmios Livres) preceitua que os alunos da Educação Básica têm o direito de se organizar de forma livre em movimentos estudantis, aprovar seus estatutos e realizar eleições livres e secretas por parte de seus pares (Brasil, 1985).

A Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), estabelece em seu artigo 53, inciso IV, que os discentes têm o direito de se organizar e participar de entidades estudantis que se concretizam na Educação Básica por meio das agremiações (Brasil, 1990).

A legislação mais recente que garante a participação dos alunos da Educação Básica em colegiados gremistas é a Lei Federal nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE). A meta 19 que trata da gestão democrática nas escolas assegura na

estratégia 19.4 que as agremiações devem ser estimuladas em todo o sistema de Educação Básica, garantindo a estas espaços adequados e condições de funcionamento (Brasil, 2014).

De acordo Asbahr (2022), é fundamental que os grêmios criem espaços de participação da base para o topo, isto é, efetivem o levantamento das demandas entre seus pares, elaborem um plano de ação e um estatuto e que defendam seus direitos sem se esquecerem dos deveres que possuem como alunos.

É necessário que os discentes que estão no início de escolarização tenham espaço para participar dos grêmios estudantis, haja visto que, nesta etapa, apesar de serem dependentes do professor, estão em plena formação da autonomia e da participação (Asbahr, 2022).

A pergunta inicial deste trabalho que consiste em analisar a implementação das agremiações nas Unidades Escolares brasileiras em cumprimento da meta 19.4 encontra-se inconclusiva, pois o que poderia mensurar mais significativamente a resolução do questionamento inicial seriam os Relatórios de Acompanhamento das Metas do PNE. Contudo, o monitoramento realizado (MEC/INEP) analisa os dados em caráter interescolar, ou seja, a consolidação quantitativa foi feita levando em consideração os seguintes órgãos colegiados: conselhos escolares, agremiações e Associação de Pais e Mestres - APM. Segundo os dados do Relatório do 3º ciclo de Monitoramento das Metas do PNE, o cumprimento da meta 19.4 encontra-se da seguinte maneira:

Quadro 1: Percentual de existência de colegiados intraescolares (Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, Grêmio Estudantil) no Brasil - 2019

Brasil/Região/UF	Rede federal	Rede estadual	Rede municipal
Brasil	47,92%	55,19%	32,63%
Norte	43,16%	30,85%	18,11%
Nordeste	48,60%	40,90%	26,05%
Sudeste	47,57%	65,86%	41,04%

Sul	51,94%	74,59%	53,41%
Centro-Oeste	44,95%	40,37%	33,17%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (INEP/MEC, 2020).

De acordo com o Balanço do PNE (2021, p. 20) “em 2019, a maioria dos colegiados intraescolares sequer existia nas escolas públicas brasileiras”. Diante dos dados apresentados no Quadro 1 observa-se que a Meta 19 não foi cumprida na sua totalidade, haja visto que não houve 100% de implantação dos colegiados interescolares - especificamente das agremiações - nas escolas brasileiras pelos sistemas de educação.

Em relação aos sistemas de ensino, conforme apresentado no quadro acima, a implementação das entidades gremistas e demais colegiados ocorre com mais frequência nas esferas federais e estaduais. Nos sistemas municipais de ensino esse quantitativo diminui relativamente, pois a etapa inicial da Educação Básica carece de fomento para participação dos estudantes nas agremiações.

Considerações Finais

A efetivação de uma gestão democrática envolve a participação de todos os sujeitos escolares. Os estudantes não estão “alheios” à escola e estes precisam ter seu espaço nos grêmios estudantis consolidado para atuarem de forma autônoma, democrática e participativa.

Em síntese, a análise dos dados revela que, embora existam bases legais sólidas para a criação e fortalecimento dos grêmios estudantis, a efetiva participação discente enfrenta desafios significativos. A baixa presença desses órgãos nas escolas, principalmente nas etapas iniciais da Educação Básica, destaca a necessidade urgente de ações por parte dos sistemas municipais de educação.

É fundamental que os sistemas municipais de educação (SME) fomentem, juntamente com os gestores escolares, a criação e o fortalecimento dos colegiados gremistas desde o início da Educação Básica. Quando se dá a oportunidade aos discentes de adentrarem ao âmbito escolar e participarem de forma ativa estes compreendem o processo democrático e participativo na prática.

Referências

ABREU, A. B. de. **A constituição de grêmios estudantis nas escolas estaduais de ensino médio de minas gerais e seu lugar na gestão democrática.** Juiz de Fora, 2017. (Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública)

ASBAHR, F. da S. F. **Grêmios estudantis:** de projeto de extensão universitária a defesa da gestão democrática na escola. Bauru, SP: Miriveja Editora, 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 7.398, de 04 de novembro de 1985. “Lei do grêmio livre”.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17398.htm - Acesso em 29 nov. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. “Estatuto da Criança e do Adolescente”.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm - Acesso 29 nov. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.005, de 25 de julho de 2014. “Plano Nacional de Educação - PNE”.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm - Acesso em 29 nov. 2023.

BRASIL. **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (2020).** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Balço do Plano Nacional de Educação.** Semana de ação mundial, 2021. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/268159> - Acesso em 15 jan. 2024.

CARVALHO, R. F. de. **Gestão e participação universitária no século XXI**. Curitiba, PR: Editora CRV, 2013.

MENDES JÚNIOR, A. **Movimento estudantil no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

PELLANDA, A.; FROSSARD, M. **Projeto Euetu: grêmios e coletivos estudantis - mapeamento quantitativo nacional e mapeamento qualitativo do Maranhão**. São Paulo: Instituto Campanha, 2023.

SANTOS, J. S. dos. **O sonho de uma geração: o movimento estudantil Goiás e Tocantins**. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.